

---

# Reflexões Sobre as Mudanças na Formação Docente de Nível Médio em Londrina – Paraná. Contribuições da Geografia

Rosely Sampaio Archela\*  
Jeani Delgado Paschoal Moura\*\*

## RESUMO

Reflexões sobre o curso profissionalizante de formação docente de nível médio em Londrina, com base nas mudanças ocorridas na educação brasileira e paranaense ao longo das últimas décadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação, formação docente, nível médio, metodologia de ensino, ensino de Geografia.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem ocorrido um intenso debate sobre os rumos da Educação no Brasil. Tendo em vista as inúmeras reformulações que ocorreram na educação brasileira, procuramos apresentar uma discussão em torno da formação docente<sup>1</sup> de nível médio a partir de um breve histórico sobre sua implantação em Londrina. Em seguida realizamos algumas reflexões a respeito dos desdobramentos que vêm ocorrendo nessa formação docente, devido às deliberações da legislação em vigor.

### 1. BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA NORMAL EM LONDRINA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR EM EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O primeiro curso para formação de professores em Londrina foi implantado em 1944 no Instituto de Educação Estadual de Londrina – IEEL. Após dez anos, um segundo

curso começou a funcionar na rede particular – Colégio Mãe de Deus (Lei de Diretrizes e Bases in Diário Oficial, de 17 de maio de 1966, p.86 apud Proposta Pedagógica do Colégio, 2001). Mais recentemente, foram implantados outros cursos para formação de professores na Escola Estadual Professora Maria do Rosário Castaldi em 1985, e em 1989 no Colégio Marista de Londrina. Atualmente, apenas o Colégio Mãe de Deus oferece esta modalidade de formação de docentes da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, através do Curso Normal – Nível Médio.

Com a Lei 5692/71 e seus pareceres complementares, foi autorizado em 1972, o funcionamento do curso de Habilitação Profissional para o Magistério de 1º Grau (1ª a 4ª séries do atual Ensino Fundamental), específico para professores não habilitados para o magistério, no Colégio Mãe de Deus. O curso funcionou sob a forma de “Experimento Pedagógico”, até 1975. Em 1980 o mesmo curso foi reativado, atendendo à legislação vigente, como Curso Supletivo de 2º Grau (atual Ensino Médio), Função

---

\* Professora Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina roarchela@uel.br

\*\* Professora Assistente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina jeani@uel.br

Suplência – Habilitação Magistério de 1ª a 4ª séries de 1º Grau destinado também a professores não habilitados.

O Colégio passou a ofertar também a Habilitação Magistério (Educação Geral + Formação Especial + Parte Diversificada) em período de férias. Em 1984, em virtude da clientela possuir, na sua maioria, o curso de 2º Grau completo (atual Ensino Médio), o Colégio solicitou a aprovação do Curso de 2º Grau Supletivo – Função Suplência Profissionalizante – Habilitação de Magistério de 1ª a 4ª séries do 1º Grau.

O Projeto de implantação foi aprovado pelo Parecer n.º 8.434/84 SEED e reconhecido pela Resolução n.º 3.441/87 – SEED, com base no Parecer n.º 200/87 CEE e ofertado com as mesmas características do anterior, em etapas nos períodos de férias. A Deliberação n.º 003/92 de 07/04/92 aprovou a estrutura e funcionamento do curso com base nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Magistério no Paraná. O Curso de 2º Grau Supletivo – Função Suplência Profissionalizante – Habilitação de Magistério de 1ª a 4ª séries

do 1º Grau, era ofertado em quatro etapas, com atividades presenciais nos períodos de férias e atividades complementares mais Estágio Supervisionado entre os mesmos períodos. Este curso, com duração de dois anos foi ofertado no período de 1984 a 2000. Diante das exigências da nova Legislação, o Colégio elaborou a proposta para a criação do Curso Normal Superior, em período de férias, sendo que o projeto de implantação encontra-se em tramitação.

Segundo Archela (1993), no início da década de 90, o curso magistério em Londrina era ofertado em quatro estabelecimentos de ensino (Quadro 1).

O Colégio Mãe de Deus<sup>2</sup> oferecia além do curso magistério regular (4 anos), uma modalidade de curso com 3 anos de duração, e o curso magistério de 2º grau supletivo em regime especial, concentrado no período de férias, para alunos que possuíam o 2º grau completo. O Colégio Marista de Londrina oferecia um curso específico para a formação de Irmãos Maristas, voltados para a Educação.

Quadro 1 – Curso Magistério em Londrina – 1992.

Estabelecimento	Características	Período	Número de Turmas	Número de Alunos
IEEL-INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE LONDRINA	Estadual	Manhã/Noite	25	988
ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARIA DO ROSÁRIO CASTALDI	Estadual	Manhã/Tarde	09	330
COLÉGIO MARISTA DE LONDRINA	Particular	Manhã	03	60
COLÉGIO MÃE DE DEUS	Particular	Integral/férias <sup>1</sup>	04	116
Total	-	-	41	1494

Fonte: Dados levantados junto ao NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO - Londrina, 1992

<sup>1</sup> Curso de 2º grau supletivo – Formação Suplência Profissionalizante – Habilitação Magistério de 1ª a 4ª séries do 1º grau. Aprovado pela Secretaria Estadual de Educação em 1984.

Com relação as escolas da rede estadual de ensino, Archela (1993) observou que estes cursos de formação docente, apresentavam problemas comuns as demais modalidades de ensino: falta de equipe pedagógica concursada e efetiva nos estabelecimentos estaduais; problemas com relação à falta de concurso público; muitos professores contratados sentiam-se desmotivados para dar continuidade aos trabalhos, uma vez que eram apenas temporários; alguns professores contratados para o curso magistério, desconheciam a realidade das séries iniciais do ensino fundamental, dificultando a supervisão de estágio, além dos problemas referentes ao acompanhamento dos alunos aos locais de estágio. Aponta ainda, a falta de dados e pesquisas sobre o curso magistério em Londrina.

Na verdade, os problemas e características levantadas durante a realização da pesquisa em 1992, refletem a estrutura escolar, firmada através das constantes mudanças que ocorreram no ensino brasileiro, em nome de uma boa formação profissional.

A formação de docentes da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental tem como finalidade básica, formar um professor com profunda consciência da realidade. Por isso necessita de uma sólida fundamentação teórica e metodológica, aliada a uma competente instrumentalização técnica. Esta preocupação tem sido verificada ao longo da existência do curso magistério no Brasil. Embora saibamos que as mudanças de currículo não modificam a estrutura do ensino, acreditamos que o processo de mudança envolve um empenho significativo do Estado, da universidade, dos professores, da escola, dos alunos e da sociedade.

Até 1971, a formação de professores para as séries iniciais, se dava através de escolas normais. A escola normal sofreu diversas modificações. Entre estas, destaca-se a Lei Federal N.º 4024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que teve por objetivo, no que diz respeito ao ensino normal, a formação de professores, educadores, orientadores, supervisores e administradores escolares, destinados ao ensino primário e ao desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

Com base nesta Lei Federal, em 1964 foram estabelecidas as bases curriculares da Escola Normal de Grau Colegial (atual Ensino Médio), com as seguintes disciplinas:

Obrigatórias de Cultura Geral: Português, Matemática, História, Geografia e Ciências. Obrigatórias Complementares: Fundamentos da Educação e Teoria e Prática da Escola Primária.

A disciplina Fundamentos da Educação abrangia o Estudo da Criança (Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem), Introdução aos Estudos Pedagógicos, Filosofia da Educação e Problemas da Educação Brasileira e Paranaense. A disciplina Teoria e Prática da Escola Primária abrangia: Organização da Escola Primária, Currículo, Metodologia e Prática do Ensino Primário; constituindo-se em nova denominação da disciplina Didática e Prática de Ensino. Poderiam ser incluídas práticas educativas nas disciplinas de Fundamentos da Educação e Teoria e Prática da Escola Primária.

Até duas disciplinas optativas poderiam ser incluídas no currículo do curso em regime semestral, entre as seguintes: História da Educação, Psicologia Educacional, Biologia Educacional, Estatística Aplicada, Administração Escolar, Estudos Sociais, Higiene e Puericultura. Estas disciplinas poderiam ser oferecidas em uma ou mais séries, cabendo ao estabelecimento a sua distribuição. A prática de ensino, sob a forma de Estágio Dirigido, era obrigatória para todos os alunos da Escola Normal de Grau Colegial com cargas horárias ampliadas gradativamente da 1ª à 3ª série normal. No entanto, a possibilidade do Estado e dos estabelecimentos de ensino anexarem disciplinas optativas ao currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, foi um progresso somente em matéria de legislação, porque as escolas acabaram compondo o seu currículo de acordo com os recursos materiais e humanos que já dispunham.

A Lei Federal N.º 5692/71, estabeleceu a qualificação obrigatória para o trabalho ao nível de 2º Grau (Ensino Médio). Esta lei determinava para o exercício do magistério de 1ª a 4ª séries, que o professor fosse habilitado especificamente em nível de 2º Grau, em curso de três ou quatro séries. Poderia

atuar até a 5ª e 6ª séries do 1º Grau (Ensino Fundamental), se a habilitação fosse obtida em quatro séries, ou em três com estudos adicionais de um ano. Assim, o antigo Curso Normal transformou-se numa Habilitação de 2º Grau, como qualquer outra.

No Estado do Paraná, foram definidos os conteúdos obrigatórios com o respectivo ementário, segundo Deliberação N.º 22/79, a ordenação das matérias obrigatórias, os conteúdos correspondentes aos Estudos Complementares, a carga horária de cada disciplina e o horário de funcionamento indicado para período diurno. Houve predominância da parte de Formação Especial sobre a Educação Geral, sendo caracterizada no Currículo Pleno. A duração foi estipulada em três anos com uma carga horária total de 1890 horas/aula. Dessa forma, a transformação da Escola Normal em Habilitação ao Magistério teve como pano de fundo a própria descaracterização do ensino de 2º Grau.

Com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino do magistério, em 1985 foi elaborada a Proposta Curricular do Magistério e encaminhada ao Conselho Estadual de Educação. A proposta envolvia as seguintes questões: Abordagem Curricular e Metodológica; Plano de Estudos; Ementário das Disciplinas; Prática de Ensino e Bibliografia.

A partir de 1986, esta proposta começou a ser implantada de forma gradativa, nos estabelecimentos de 2º Grau da rede estadual que ofertavam o curso magistério. Em 1987, o currículo foi adequado ao Parecer 785/86 – CFE, Deliberação 004/87 CEE e, Instrução Conjunta N.º 01/87 SUED/SEED. A adequação realizada alterou a nomenclatura das matérias do Núcleo Comum e consequentemente as disciplinas componentes da matéria Didática, além da inclusão da disciplina Organização Social e Política Brasileira na 3ª série.

No período 1987/1990, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, através do Departamento de Ensino de Segundo Grau – DESG, iniciou um processo de Avaliação da Proposta Curricular da Habilitação Magistério, considerando as principais deficiências detectadas: falta de embasamento teórico dos professores sobre a sua disciplina e mesmo sobre as questões mais

amplas da Educação; falta de compreensão da diferença entre método e metodologia; conhecimento restrito quanto a bibliografia atualizada existente na sua área de atuação e defasagem nos conteúdos apresentados.

O processo de avaliação começou a ser revisto a partir da questão curricular, porque esta era no momento, a primeira preocupação do DESG para o magistério, devido as dificuldades existentes. Os estudos realizados durante o desenvolvimento do Projeto de Avaliação da Proposta Curricular da Habilitação Magistério apontaram para uma nova estruturação curricular, além da necessidade de uma reorganização da escola.

A implantação do novo currículo nos estabelecimentos de ensino da rede estadual, passou a ser feita de forma gradativa, a partir de 1990 opcionalmente e, obrigatoriamente a partir de 1991, com duração de quatro anos com a seguinte grade:

#### NÚCLEO COMUM:

Língua Portuguesa e Literatura  
Língua Estrangeira  
Geografia (2 aulas por semana na 1ª série, e 2 aulas na 2ª série)  
História  
Organização Social e Política do Brasil  
Matemática  
Física  
Química  
Biologia  
Educação Física  
Programa de Saúde  
Ensino Religioso (não listado no currículo da rede estadual)

#### PARTE DIVERSIFICADA

Filosofia da Educação  
Sociologia da Educação  
História da Educação  
Psicologia da Educação  
Biologia Educacional  
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau  
Didática  
Alfabetização  
Metodologia do Ensino de Português  
Metodologia do Ensino de Matemática  
Metodologia do Ensino de História

Metodologia do Ensino de Geografia (2 aulas por semana na 4ª série)  
Metodologia do Ensino de Ciências  
Metodologia do Ensino de Educação Física  
Metodologia do Ensino de Arte

ESTUDOS COMPLEMENTARES (opção do estabelecimento)

Introdução à Metodologia Científica  
Fundamentos da Educação Pré-Escolar  
Fundamentos da Educação de Adultos  
Literatura Infantil  
Fundamentos da Educação Especial

Outra modificação fundamental pode ser atribuída às Metodologias de Ensino que tiveram seu campo de atuação ampliados. A cada disciplina do Núcleo Comum foi acrescida uma metodologia específica – os fundamentos metodológicos do ensino das ciências histórico-sociais e naturais. A disciplina Metodologia do Ensino de Geografia daria conta dos seguintes conteúdos:

Concepção de Geografia:

O que é Geografia? O conhecimento geográfico e sua utilização.

Produção do espaço e suas inter-relações: Noção de espaço; o capital e o trabalho na produção do espaço.

Programas e conteúdos trabalhados no 1º grau: Análise de livros didáticos; recursos como auxiliares no ensino de Geografia.

Critérios de avaliação em Geografia: o que é avaliação? Os processos de avaliação.

Tanto os conteúdos das disciplinas de Geografia como os objetivos da Habilitação Magistério, apontavam para a importância da Cartografia como instrumento de grande eficácia para o ensino-aprendizagem.

Com este novo currículo, o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná esperava formar professores capacitados para atuar nas quatro primeiras séries, com conhecimentos, atitudes e habilidades adequadas para o desenvolvimento de uma consciência da realidade de atuação profissional; adequada fundamentação teórica e com instrumentalização técnica satisfatória.

No ano de 2001 o Curso Normal – Nível Médio foi reformulado e passou a ter a duração de três anos com jornada diária em tempo integral, com 5920 horas aulas. O curso tem como objetivo formar docentes para atuarem na Educação Infantil e nas quatro séries do Ensino Fundamental. A proposta contempla um acréscimo de 2480 horas aulas ou 1533 horas relógio no quadro curricular do curso para que seja garantido ao aluno o domínio dos conteúdos curriculares necessários para a sua formação geral, de forma articulada e contextualizada com a formação básica para o Ensino Médio, assim como, a formação específica assegurando a capacitação profissional, para o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais relativas à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

O Curso Normal – Nível Médio, foi criado para substituir o Curso de Magistério – Habilitação de 1º Grau (1ª a 4ª séries)<sup>3</sup>, lembrando que sua reestruturação obedece as normas da Deliberação n.º 010/99 do Conselho Estadual de Educação do Paraná e está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais – Resolução n.º 02/99 CEB/CNE e Parecer n.º 01/99 CEB/CNE. Conforme delibera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Projeto Pedagógico do Colégio Mãe de Deus no ano 2001, contempla entre os cursos profissionalizantes as seguintes modalidades: Curso Normal – Nível Médio: Profissional da Educação; Curso de Magistério em Música: Profissional em Educação Musical; Curso de Formação de Professores para a Educação Infantil, na modalidade de Estudos Adicionais<sup>4</sup>. Diante das exigências da nova Legislação, o Colégio elaborou a proposta para a criação do Curso Normal Superior, em período de férias (projeto em tramitação). Ao aluno concluinte do Curso Normal, será fornecido diploma com certificação independente, especificando o direito ao exercício profissional em cada uma dessas áreas. É importante frisar que, todas as áreas ou núcleos curriculares são constituídos por conhecimentos, valores e competências que asseguram a formação básica, geral e comum.

Segundo a Proposta Pedagógica do colégio (2001), a Organização da Ação Pedagógica e a Prática Supervisionada interagem com as duas áreas de atuação: Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental uma vez que estes são o campo prático onde os alunos do Curso Normal, nível médio encontram as vivências do dia-a-dia com as crianças no próprio estabelecimento, que é o local de atuação dos alunos-mestres nas duas áreas que serão formados: Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental.

A opção do Colégio em continuar com a formação do educador em nível médio, orientando o jovem profissional com fundamentos básicos da Educação, justifica-se pela importância desta orientação nesta idade escolar (adolescentes), mesmo que a maioria continue seus estudos em nível superior. A proposta pedagógica procura adequar os conteúdos à formação de valores de nossa sociedade, fazendo-se necessário uma formação ética para o exercício da cidadania. As diferentes linguagens e formas de expressão são contempladas nas mais diversificadas disciplinas as quais interagem de forma interdisciplinar (PROPOSTA Pedagógica do Colégio, 2001).

A nova disciplina "Abordagens do Ensino de Conhecimentos da Sociedade" na Educação Infantil será ministrada na 2ª série do Curso Normal, nível Médio a partir de 2002, abordando os seguintes conteúdos: O conhecimento e as formas de sua apreensão nas Ciências Humanas: o que é conhecimento? Como se produz o conhecimento? Ciências Humanas: seus objetos e métodos.

Propostas oficiais para a educação infantil: referencial curricular para a educação infantil; Currículo do Estado do Paraná (PARANÁ, 1992) e Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Londrina (LONDRINA, 1994); objetos do eixo temático "Conhecimento de Mundo":

Conteúdos para as crianças de zero a três anos: tradições culturais de sua comunidade e de outros grupos; exploração de objetos – seu espaço e noções topológicas; relações de lógica: causa e efeito.

Conteúdos para as crianças de quatro a seis anos: organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar; lugares e as paisagens; objetos e processos de transformação.

Orientações didáticas: elaboração de recursos materiais; elaboração de situações concretas que favoreçam a socialização e cooperação; atividades permanentes com jogos e brincadeiras; elaboração de projetos de ensino; atividades para a organização do espaço próximo;

Formas de avaliação na Educação Infantil: questões teórico-práticas sobre o aspecto formativo da avaliação.

A disciplina "Abordagens do Ensino de Geografia" no Ensino Fundamental substituiu a disciplina "Metodologia do Ensino de Geografia", ministrada para os alunos da 3ª série, com aborda os seguintes conteúdos: Concepção de Geografia: geografia crítica; espaço e as noções topológicas;

Organização do espaço geográfico: espaço geográfico social e econômico;

Espaço geográfico e social da criança: a casa, a escola e o bairro; o município, o estado e o país.

A relação homem-natureza: transformação da natureza pela ação humana; o homem construindo o espaço e a história por meio de sua transformação;

Propostas Oficiais para o Ensino Fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais; o Currículo da Escola Pública do Paraná; Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino. Métodos e Técnicas para o Ensino de Geografia: alfabetização cartográfica – a leitura dos mapas; oficinas das possibilidades – métodos e técnicas de trabalho.

Estes conteúdos expressam uma preocupação em relacionar teoria e prática, onde o aluno-professor poderá discutir os caminhos para a melhor maneira de trabalhar os conteúdos, buscando possíveis soluções para a melhoria do ensino de Geografia no Ensino Fundamental. Por outro lado, a nova disciplina parte do pressuposto de que será importante a vivência e a criação do conhecimento por parte dos futuros professores da Educação Infantil para que os mesmos possam perceber que o conhecimento não é algo que está "fora" do indivíduo e, assim privilegiar o despertar de idéias que



favoreçam o ensino voltado à observação, exploração e conhecimento do meio vivido pela criança. Trata-se de explorar as formas de abordar a vivência dos conteúdos na Educação Infantil.

As disciplinas "Abordagens do Ensino de Conhecimentos da Sociedade" e "Abordagens do Ensino de Geografia", compõem a parte diversificada – Formação Específica do Curso Normal – Nível Médio, fornecem o embasamento necessário para subsidiar a leitura e representação do espaço geográfico. A aplicabilidade destas disciplinas no Estágio se faz por meio de observações de aulas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental<sup>5</sup>, bem como da elaboração de planejamentos para a posterior aplicação em sala de aula.

## 2. CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA

Desde o início da década de oitenta, a preocupação com a formação docente foi reforçada pela atuação direta do Estado e da universidade objetivando melhor qualidade no ensino, através de cursos de atualização para professores do Ensino Fundamental e Médio na maioria dos estados brasileiros. O contato com estes professores, através de cursos realizados no estado do Paraná, demonstrou a existência de grandes problemas relacionados à formação docente. Atualmente temos verificado nos cursos de atualização para professores do Ensino Fundamental e Médio, realizados através de projetos de Extensão da Universidade Estadual de Londrina<sup>6</sup>, que os professores-alunos levantam questões que apontam em direção à necessidade de um maior embasamento teórico-metodológico, da revisão e atualização de conteúdos e da metodologia de ensino. Apesar dos esforços despendidos nos últimos anos, no sentido de promover uma atualização necessária aos professores, ainda podemos verificar que a perspectiva de melhor qualidade no ensino, principalmente na rede estadual, tem evoluído mais em termos teóricos do que práticos.

Muitas pesquisas foram realizadas na área de ensino de Geografia, com o objetivo de desenvolver metodologias de ensino a

fim de contribuir para a formação docente. Destacam-se pesquisas significativas que contribuíram nas últimas décadas, como Callai e Zarth (1988); Almeida e Passini (1989). As pesquisas que tratam destas questões, se concentram nas últimas séries (5ª a 8ª) do Ensino Fundamental. Apesar da significativa contribuição destas pesquisas para o ensino, pouco se sabe sobre estas experiências com alunos que deverão participar diretamente da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental.

No sentido de contribuir com a formação de docentes para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, Archela (1993) busca a compreensão dos aspectos essenciais que norteiam as questões relacionadas às representações gráficas no ensino de Geografia. Faz uma revisão bibliográfica da cartografia escolar e adota como embasamento teórico e metodológico da pesquisa a linguagem da representação gráfica, desenvolvida por Jacques Bertin (1967), pouco utilizada no Ensino Fundamental no Brasil até o início dos anos noventa. Nesta linha, elaborou representações gráficas simplificadas a partir de um mapa do Atlas escolar, para serem completadas e analisadas pelos alunos do curso magistério em Londrina, no qual verificou uma grande dificuldade com relação a leitura de mapas. Ressalta que os professores precisam de uma formação mais adequada com relação à capacidade de utilizar mapas, e que os alunos desde as primeiras séries, precisam conhecer o melhor caminho para ler o mapa e estabelecer correspondências entre a representação e a realidade.

É fundamental que as propostas de trabalho relacionadas a formação docente em Geografia, estejam comprometidas com a qualificação profissional onde os conteúdos cartográficos somados à leitura crítica do espaço geográfico auxiliem a formação científica e consciência das tarefas sócio-políticas e pedagógicas do profissional que queremos formar, visto que a sólida formação docente está diretamente ligada a melhoria da qualidade do ensino.

Ademais, consideramos que devemos trabalhar a Geografia de forma interdisciplinar, relacionando-a com outras áreas do co-



nhecimento priorizando o desenvolvimento de idéias, do raciocínio e da investigação científica, pois entendemos que o domínio de conteúdos somados à competência técnica são de fundamental importância para a formação docente.

A Geografia na atualidade, como todos os ramos da ciência, tem sofrido uma acentuada reformulação em seus princípios frente às novas tecnologias ligadas ao seu campo de atuação. Por isso, é importante sensibilizar os futuros professores para a necessidade de trabalhar os conteúdos por diferentes linguagens, como a criação de oficinas de aprendizagem para a elaboração de materiais didáticos e projetos de ensino visando a aplicação de um trabalho interdisciplinar. Neste sentido, Pontuschka (1999) aponta o uso de diferentes linguagens como um dos caminhos para alcançar a melhoria no ensino de Geografia.

É importante ultrapassar a utilização exagerada dos livros didáticos com o uso de outras metodologias como: o uso de filmes didáticos, documentários, slides associados a músicas, pesquisas de campo, artigos de jornais e revistas, elaboração e interpretações de mapas e gráficos, literatura, história em quadrinhos, montagem de peças teatrais, técnicas de laboratório, computação, entre outros. Através da utilização destas linguagens os alunos-professores terão a oportunidade de criar estratégias de ensino que poderão nortear as primeiras noções geográficas em sala de aula, lembrando que nestas propostas metodológicas é fundamental a participação das crianças para a elaboração do saber. Neste sentido, Archela e Gomes (1999) apresentam várias sugestões de metodologias para diferentes temas trabalhados no Ensino Médio. Trabalhando com a realidade do cotidiano, e o uso de diferentes linguagens e metodologias, certamente será mais interessante observar, interpretar e analisar o espaço geográfico.

### 3. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MUDANÇAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

A atual legislação que criou o Curso Normal Superior, alterou os cursos Magistério e

Pedagogia. A principal mudança foi a obrigatoriedade de diploma de ensino superior a todos os professores que se formarem a partir de 2007. Os currículos dos cursos e a formação de professores encontram-se da seguinte forma:

Magistério (Ensino Médio) – o professor com essa formação, atualmente pode dar aulas para classes da Educação Infantil até a 4ª série do Ensino Fundamental. A partir de dezembro de 2007, quem fizer o magistério não poderá mais dar aulas, porque o diploma universitário passará a ser obrigatório.

Normal Superior (Magistério) – atualmente, o professor com magistério superior pode lecionar para classes até a 4ª série do Ensino Fundamental. No entanto o curso deixou de ser o único do Ensino Superior a oferecer licenciatura para o Magistério, pois a Pedagogia também recebeu esta habilitação, e não deverá sofrer alterações profundas, pois o curso continuará a oferecer a licenciatura para a Educação Infantil e para as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

Pedagogia – o pedagogo possui atualmente habilitação para o magistério e pode lecionar até a 4ª série do Ensino Fundamental. Quem iniciar o curso a partir de 2005, deverá fazer habilitação em licenciatura para atuar como professor; caso contrário, poderá atuar apenas como pedagogo, em áreas como formação de professores e administração, planejamento e orientação educacional. O curso continuará oferecendo o bacharelado.

A partir de 2007, o professor será obrigado a ter diploma universitário de um curso de conhecimento específico para lecionar no Ensino Superior, Médio ou Fundamental (5ª série em diante).

Segundo a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, o Curso Normal Superior, como as demais Licenciaturas, deverão ter a carga horária mínima de 3200 horas, sendo que destas, 800 horas devem destinar-se à prática pedagógica. Das 800 horas de Prática Pedagógica, 300 horas são para as atividades de Estágio Supervisiona-

do. Para solicitação de autorização nas duas licenciaturas possíveis no interior do Curso Normal Superior: formação de professores para a Educação Infantil e formação de professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental, são necessários dois projetos acadêmicos, um para cada uma das duas licenciaturas (BRASIL, 2002).

No que se refere especificamente à geografia, notamos que a formação docente ainda deixa a desejar. Entendemos que o professor deveria ter em sua formação inicial, um grau de discussão teórica que lhe permitisse avaliar sua formação em função do processo de aprendizagem do aluno. No entanto, temos observado ao longo de nossa experiência profissional, que muitas vezes, professores recém-formados necessitam de cursos de atualização porque sua formação foi insuficiente.

Acreditamos que as mudanças na legislação são importantes porém, a formação docente só estará estruturada quando a formação inicial der condições para que os futuros profissionais façam opções e tenham clareza sobre os conteúdos a serem ensinados pois a atuação do professor em sala de aula está diretamente ligada à qualidade do curso de licenciatura.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Formação docente: terminologia utilizada no sentido amplo de formação de professores
- <sup>2</sup> Em 1993, o Colégio voltou a oferecer o Curso Magistério em 3 anos, após a aprovação de um Projeto junto à Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná. O Projeto foi aprovado porque o curso é desenvolvido em período integral.
- <sup>3</sup> Este curso entrou em extinção gradativa e terá sua última turma no ano de 2003.
- <sup>4</sup> Este curso é ofertado em 1 (um) ano, para os profissionais que possuem a Habilitação Magistério de 1º Grau (1ª a 4ª séries) e buscam também a Habilitação em Educação Infantil.
- <sup>5</sup> O Estágio de Observação ocorre por meio da participação ativa dos estagiários, onde os mesmos têm a oportunidade de auxiliar nas atividades propostas pelo professor regente.
- <sup>6</sup> Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Londrina intitulado: Geologia para Ensino Fundamental e Médio: Um Programa de Atendimento e Atualização para Professores, cadastrado sob nº. 003.001.01.0069.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosângela D.; PASSINI, Elza Y. O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1989.

ARCHELA, Rosely S. Mapa – instrumento de comunicação e pesquisa: análise de representações gráficas no curso magistério em Londrina-PR. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARCHELA, Rosely S.; GOMES, Marquiana F. V. B. Geografia para o ensino médio: manual de aulas práticas. Londrina: Editora UEL, 1999.

BERTIN, Jacques. Sémiologie Graphique: les diagrammes, réseaux, les cartes. Paris: Mouton & Gauthier – Villars, 1967.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. . Formação de professores. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sesu>. Acesso em 21 de fevereiro de 2002

CALLAI, Helena C. e ZARTH, Paulo A. O estudo do município e o ensino de história e geografia. Ijuí: Unijuí, 1988.

LONDRINA. Secretaria Municipal de Educação. Proposta Curricular. Londrina-PR, 1994.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação/ Departamento de Ensino de Segundo Grau. Proposta Curricular do Curso Magistério . Curitiba, 1992.

PONTUSCHKA, Nídia N. A Geografia: Pesquisa e Ensino. In: CARLOS, Ana Fani A. Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1999. p.111-143.

PROPOSTA Pedagógica do Colégio Mãe de Deus. Londrina – PR, 2001.

---

## Reflections on the Changes in the Teaching Formation of Average Level in Native of Londrina – Paraná. Contributions of Geography

### ABSTRACT

Reflections on the professionalizing course of teaching formation of average level in Londrina – Paraná , on the basis of the occurred changes in the Brazilian and paranaense education to the long one of the last decades.

**KEY-WORDS:** education, teaching formation, average level, methodology of education, education of Geography.